

Deputado quer ampliar legislação

PORTO ALEGRE – A visita oficial ao Brasil da comissão de Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson, para uma audiência na próxima segunda-feira com o Conselho de Direitos Humanos do Ministério da Justiça em Brasília, levará um dos seus conselheiros, deputado Nilmário Miranda (PT-RS), a cobrar publicamente uma decisão do governo brasileiro sobre a autorização do Supremo Tribunal Federal de fornecimento à Justiça argentina de informações sobre três argentinos desaparecidos no Brasil.

Nilmário também pedirá algo que chegou a ser encaminhado na gestão do ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, inclusive com ante-projeto-de-lei, e parou: a ampliação da lei brasileira das indenizações a parentes de desaparecidos políticos, para incluir os três argentinos (Horacio Domingo Campiglia, Susana de Binstock e Lorenzo Viñas), pessoas mortas em passeatas nos anos 70 e outras situações não incluídas na legislação original.

Ao dar ontem as informações, Nilmário Miranda disse também que, em nome de parentes dos desaparecidos políticos brasileiros, pedirá audiência ao ministro da Justiça, José Gregori, a ser provavelmente realizada durante a Conferência Nacional de Direitos Humanos, nos próximos dias 25 e 26 em Brasília. O objetivo da audiência é “cobrar do ministro o encaminhamento da legislação sobre desaparecidos políticos, que prevê uma segunda etapa, com buscas das ossadas dos desaparecidos em todo o país pela comissão especial do Ministério da Justiça. Já foi cumprida a primeira etapa, a do pagamento de indenizações aos parentes, e o trabalho precisa continuar na busca de onde estão seus restos mortais.”

Representante das famílias dos desaparecidos nesta comissão especial do Ministério da Justiça, Suzana Lisboa, também cobrou ontem a continuidade dos trabalhos da comissão. Ela considerou absurda a declaração do ex-chefe do SNI no RS, coronel

Carlos Alberto Ponzi, em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**, de que os desaparecidos devem ser “esquecidos”, para evitar o ressurgimento das divergências ideológicas dos anos 60 e 70: “Os desaparecidos políticos são pessoas, e pessoas não se esquecem. Seus parentes têm o direito de chorá-los e sepultá-los. Eles sacrificaram suas vidas e sua liberdade pelo nosso país. As declarações deste coronel Ponzi denotam a permanência de um profundo ranço ideológico, o que é muito triste. Precisamos abrir os arquivos das Forças Armadas para localizar os desaparecidos, passar o país a limpo e ao seu passado, para que se tenha um presente e um futuro democráticos. Exatamente por não se fazer isto, as violências continuam a ocorrer no dia-a-dia dos brasileiros, como aconteceu na repressão a índios e sem-terra no dia 22 de abril, na violência da polícia do Paraná e em tantos outros episódios”, disse Suzana Lisboa. (J.M.)